



LEI DE BASES DA HABITAÇÃO

Avançar é preciso!

Andar para trás não

45 anos após a Revolução do 25 de Abril e 43 anos
após aprovação, em 1976, da Constituição
da República Portuguesa que consagra, no seu artigo 65º,
o imperativo constitucional do direito à habitação, foi possível
a aprovação da primeira Lei de Bases da Habitação,
que integra um conjunto de normas, propostas pelo PCP,
que dão corpo a esse objectivo, designadamente -

A responsabilidade do Estado na garantia
do direito à habitação, garantindo a dotação
orçamental necessária para aumentar
o património habitacional público;

A função social da habitação – a habitação
deve ser utilizada para dar resposta
às necessidades básicas das famílias;

A mobilização do património habitacional
público para arrendamento em regime
de renda apoiada e condicionada;

O incentivo à mobilização para arrendamento
do património privado devoluto;

O direito à habitação conjugado com
os transportes, equipamentos e acesso
a serviços públicos, assegurando as relações
de vizinhança e com a comunidade;

O direito à proteção e acompanhamento em
situações de despejo, referindo que não pode
haver despejo sem garantir previamente
soluções de realojamento;

A possibilidade de as entidades públicas
poderem exercer o direito de preferência
e, nas situações de venda em conjunto,
poder ser por cada fração;

A definição de um Programa Nacional
de Habitação;

A criação da Carta Municipal de Habitação,
permitindo mobilizar solos para programas
habitacionais públicos;

A atenção a condições de eficiência
energética, vulnerabilidade sísmica
e acessibilidade no âmbito
da reabilitação urbana;

A não execução da penhora em casos
de créditos fiscais ou contributivos;

A fiscalização do arrendamento
e das condições de habitabilidade;

A valorização da participação,
das associações e das organizações
de moradores;

A valorização de cooperativas e dos processos
de autoconstrução e autocabamento.

**Só não foi possível ir mais longe
porque o PS, comprometido
com os interesses do grande capital
não permitiu!**

O PCP propôs, o PS não aceitou

- ▶ o exercício do **direito de preferência** pelo valor patrimonial do imóvel;
- ▶ a **posse administrativa de habitações** devolutas onde estejam identificadas carências habitacionais e não haja habitações públicas;
- ▶ a **expropriação de fogos devolutos** aquando de situações de emergência e catástrofes;
- ▶ a determinação de **percentagens mínimas de construção imobiliária** habitacional, para uso exclusivo como habitação permanente, no âmbito dos instrumentos de gestão do território;
- ▶ o estabelecimento de **quotas para arrendamento** dirigidas a famílias com menores rendimentos;
- ▶ a **não execução de penhora da casa de habitação** própria e permanente nos casos de execução judicial de créditos, nos termos da lei;
- ▶ a **extinção do contrato de empréstimo** para a aquisição de habitação própria e permanente com a entrega da fração ou edifício;
- ▶ a não **alienação de património público** com vocação habitacional.

Foi possível chegar até aqui

devido à luta dos moradores e à intervenção determinante do PCP.

Só com um PCP e uma CDU

com mais força, é possível prosseguir o caminho de avanços e conquistas de direitos.

Mais força à **CDU**

PCP-PEV



Avançar é preciso!

Na decorrência da aprovação da Lei de Bases da Habitação é necessário avançar na sua concretização, dando prioridade à disponibilização de habitações públicas e ao reforço do orçamento para dar resposta às necessidades habitacionais.

É preciso avançar.

Na aprovação de uma nova Lei do Arrendamento Urbano que proteja os inquilinos, que combata os despejos e ponha fim à liberalização dos valores de renda.

No reforço da proteção dos moradores abrangidos pelo regime da renda apoiada, no sentido de adequar os valores de renda aos rendimentos reais do agregado familiar, com vista à sua redução.

No reforço do apoio aos jovens no acesso à habitação.

No realojamento de todos os que residem em habitações precárias.